



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

**Requerimento nº DE 2021**  
**(Do Sr. Aureo Ribeiro)**

Requer que seja realizada, nesta Comissão, reunião de Audiência Pública para debater as suspeitas de fraudes nos contratos de aquisição de vacinas pelo Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno desta Casa, que seja realizada, nesta Comissão, reunião de Audiência Pública, a fim de se debater as suspeitas de fraudes nos contratos de aquisição de vacinas pelo Ministério da Saúde.

Para tanto, solicitamos a presença dos Exmo. Srs:

- ex-servidor da Saúde, o Sr. Roberto Dias;
- policial militar, o Sr. Luiz Paulo Dominghetti;
- ex-Ministro da Saúde, o General Eduardo Pazuello;
- representante da Controladoria-Geral da União - CGU;
- representante do Tribunal de Contas da União – TCU
- representante da Polícia Federal;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

**JUSTIFICAÇÃO**

Recentemente, segundo o Brasil247<sup>1</sup>, a Polícia Federal anunciou que vai apurar se o ex-servidor da Saúde, o Sr. Roberto Dias, pediu propina ao policial militar Luiz Paulo Dominghetti, representante da Davati Medical Supply, quando da aquisição de doses da vacina da AstraZeneca. O Sr. Luiz Dominghetti disse que o então diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias, cobrou propina no valor de \$1,00 dólar/dose na venda das vacinas<sup>2</sup>.

Roberto Dias, vale dizer, foi indicado ao cargo pelo líder do governo de Jair Bolsonaro na Câmara, Ricardo Barros (PP/PR). Sua nomeação ocorreu em janeiro de 2019, na gestão do ex-Ministro Luiz Henrique Mandetta (DEM), e foi mantido no cargo pelo também ex-Ministro, o General Eduardo Pazuello. Pouco tempo depois, o Ministério da Saúde decidiu exonerar o diretor Roberto Dias.<sup>3</sup>

A suspeita nas aquisições de vacinas ganhou maiores proporções na compra da indiana Covaxin. Segundo a Folha<sup>4</sup>, foi revelado o depoimento do servidor do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, ao Ministério Público Federal, que relatou pressão "atípica" para liberar a importação daquela vacina. Quando o caso veio a público, logo tornou-se prioridade na CPI da Covid, no Senado.

O problema chegou ao Planalto quando o deputado federal Luis Miranda (DEM/DF), irmão do servidor, relatou que o Presidente da República havia sido alertado em março sobre tais irregularidades. Segundo Luis

<sup>1</sup>BRASIL247. PF instaura inquérito para apurar se Roberto Dias pediu propina. Disponível em <<https://www.brasil247.com/regionais/brasil/pf-instaura-inquerito-para-apurar-se-roberto-dias-pediu-propina-em-contratos-da-vacina>> Acessado em 2/8/2021

<sup>2</sup> FOLHA. Governo Bolsonaro pediu propina. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml> Acessado em 2/8/2021

<sup>3</sup> ELPAIS. Caso covaxin desata novas denúncias. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-30/caso-covaxin-desata-novas-denuncias-de-corrupcao-contra-go-verno-bolsonaro-e-ricardo-barros-na-compra-de-vacinas.html> Acessado em 2/8/2021

<sup>4</sup> FOLHA. Governo Bolsonaro pediu propina. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml> Acessado em 2/8/2021





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

Miranda, Bolsonaro teria respondido que iria acionar a Polícia Federal para que abrisse uma investigação.

Vale lembrar que o Ministério da Saúde já tinha negado propostas de vacinas mais baratas que a Covaxin e já aprovadas em outros países, como a Pfizer.

Em julho de 2021, o Estadão<sup>5</sup> noticiou também que um grupo que atua na distribuição de vacinas é suspeito de superfaturar R\$ 16 milhões em contratos na Saúde. Hoje, a distribuição das vacinas contra a Covid-19 é feita pelo Ministério da Saúde a partir dos serviços de uma empresa já investigada por suspeitas de superfaturamento de R\$ 16 milhões na própria pasta. O valor foi apontado pela área técnica do Tribunal de Contas da União em contrato anterior firmado na pasta pelo grupo Voetur, proprietário da VTCLog, atual encarregada da logística para a entrega de vacinas.

Além da Covaxin, a Folha também informou que o advogado do deputado Ricardo Barros atuou como representante legal da vacina chinesa Convidecia no Brasil, participando inclusive de reunião com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Ao que parece, a empresa Belcher Farmacêutica, com sede em Maringá (PR), atuou como representante no Brasil do laboratório CanSino Biologics no Brasil, responsável pelo imunizante. O caso vem sendo acompanhado pela CPI da Covid, onde Senadores disseram que empresários aliados do presidente Jair Bolsonaro têm atuado em favor da compra da Convidecia. Os parlamentares consideram necessário aprofundar a investigação para saber se houve participação do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), que já foi prefeito de Maringá<sup>6</sup>.

Como se vê, muitas são as suspeitas que envolvem a compra de vacinas. Portanto, solicitamos apoio aos pares da comissão para aprovação

<sup>5</sup> ESTADÃO. Grupo que atua na distribuição de vacinas é suspeito. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/grupo-que-atua-na-distribuicao-de-vacinas-e-suspeito-de-superfaturar-r-16-mi-em-contratos-na-saude.70003783278> Acessado em 2/8/2021

<sup>6</sup> FOLHA. Além da Covaxin, CPI quer investigar compra de vacinas chinesas. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/alem-da-covaxin-cpi-da-covid-quer-investigar-negociacao-para-compra-de-vacina-chinesa.shtml> Acessado em 2/8/2021





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

deste requerimento a fim de realizar audiência pública para que os envolvidos apresentem suas considerações a respeito de tema com tamanha relevância.

**Sala das Comissões, em                      de                      de 2021**

**Deputado Federal Aureo Ribeiro**  
**Solidariedade/RJ**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214397104600>

